

Programa de Concurso

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 14/2024

(Nos termos do disposto na alínea a) ou b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP)

1. Objeto do contrato

O presente procedimento tem por objeto principal a **prestação de serviços para a proteção da cibersegurança**, nos termos constantes no Caderno de Encargos.

2. Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município da Lousã, sito na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã com os números de telefone: 239 990 370 e de fax (secretaria geral): 239 990 381 – fax (secretariado): 239 990 379 e com o e-mail: geral@cm-lousa.pt

3. Órgão que tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada por Presidente DA CÂMARA.

4. Fundamentação da escolha do procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

5. Preço base

Pela prestação de serviços, objeto do presente procedimento de aquisição, o Município da Lousã dispõe-se pagar um valor global máximo de **71.000,00€ (setenta e um mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

6. Concorrentes

Poderão ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.

7. Documentos da proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes elementos e documentos, sob pena de exclusão:

- 7.1.** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente documento, do qual faz parte integrante
- 7.2.** Documento do qual constem os seguintes elementos:
 - Valores Unitários;
 - Valor Global;
 - Prazo de Pagamento.
- 7.3.** O preço, que não deve incluir IVA, é indicado em algarismos e por extenso;
- 7.4.** Os valores constantes da proposta não incluirão o IVA e deverá ser indicada a taxa de IVA que incide sobre os mesmos
- 7.5.** A proposta terá de ser assinada pelo concorrente ou seus representantes

8. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9. Propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, configurando tal facto motivo de exclusão destas e da respetiva proposta base.

10. Critério de adjudicação

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado pelo preço, enquanto fator correspondente a um único aspeto do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

11. Critério de desempate

Resultando da aplicação do critério de adjudicação, fixado no ponto anterior, uma situação de empate, então recorrer-se-á ao sorteio, nos termos da al. c) do n.º 5 do art.º 74.º do CCP.

O sorteio será público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como os representantes dos concorrentes, credenciados para o efeito, através de declaração da entidade que os habilite e permita a sua identificação.

O ato decorrerá em hora e dia a notificar, **através do canal “comunicações” da plataforma de compras públicas**, acessível através do seguinte endereço: www.acingov.pt, na sala de reuniões localizada no rés-do-chão do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Louçã.

O sorteio será puro, sem condicionantes, e obedecendo ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia seguinte:

- a. As designações dos concorrentes serão inscritas em retângulos de papel com a dimensão de 75x50cm, que serão dobrados em quatro partes e introduzidos em cápsulas ovais opacas com abertura ao centro;
 - b. As cápsulas referidas na alínea anterior serão depositadas num saco opaco, de forma a não ser possível vislumbrar o seu conteúdo;
 - c. O número de cápsulas inserido corresponderá ao número de propostas a desempatar;
 - d. Para efeitos da extração, o saco será agitado e o Presidente do Júri retirará uma cápsula de cada vez, sem dirigir o olhar ao saco, que é aberta, o papel desdobrado e exibido aos elementos presentes, até que todas tenham sido retiradas;
 - e. A sequência de extração das cápsulas definirá a ordenação final das propostas para efeitos de adjudicação, equivalendo a primeira cápsula ao primeiro lugar e assim sucessivamente.
 - f. O Presidente do júri anunciará o resultado e o sorteio é dado por encerrado.
- Findo o ato, será lavrada ata do sorteio, assinada por todos os elementos do júri e representantes dos concorrentes presentes. Se qualquer um dos

representantes dos concorrentes recusar firmar a ata, constará desta referência ao incidente.

12. Adjudicação por Lotes

O presente procedimento de aquisição não será adjudicado por lotes, conforme permite a al. a) do n.º 2 do art.º 46.º-A do CCP, uma vez que as prestações abrangidas pelo objeto contratual são técnica e funcionalmente incindíveis.

13. Prazo para apresentação da proposta

A proposta terá, sob pena de exclusão, que ser apresentada até à data e hora definidas na plataforma de compras públicas, acessível através do seguinte endereço: www.acingov.pt

A receção da proposta terá obrigatoriamente, que ocorrer dentro do prazo fixado, sendo a mesma registada por referência à respetiva data e hora.

A abertura da(s) proposta(s) decorrerá após o término do prazo para a sua entrega.

14. Modo de apresentação da proposta

- a) A proposta terá obrigatoriamente, que ser redigida em língua Portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre o respetivo original.
- b) A proposta e os documentos que a constituem terão de ser apresentados na plataforma de compras públicas, acessível através do seguinte endereço: www.acingov.pt

15. Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo,

devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por lele expressamente aceites.

16. Documentos de habilitação

Após a notificação de adjudicação, e dentro do prazo previsto, o adjudicatário terá, obrigatoriamente, que apresentar os documentos de habilitação constantes do art.º 81.º do CCP:

- Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II**;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
 - Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social;
 - Declaração de situação regularizada relativamente a impostos;
 - Registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
 - Registo criminal da entidade;
- Certidão permanente ou documento que disponha de informação equivalente;
- Comprovativo do registo de beneficiário efetivo no RCBE e respetivas atualizações;
- Identificação dos elementos com competência para a outorga do contrato escrito e documentação que comprove tal competência.

17. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação e supressão de irregularidades

O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias a contar da respetiva notificação.

O prazo para a supressão de irregularidades dos documentos de habilitação, que possam conduzir à caducidade da adjudicação, nos termos do art.º 86.º do CCP, fixa-se em 2 (dois) dias após a notificação.

18. Redução do contrato a escrito

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel.

19. Legislação Aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

Lousã, 13 de dezembro de 2024

O Presidente da Câmara

